

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Um apelo a Maduro

O fato de Colômbia, México e Brasil lançarem uma nota conjunta vai muito além da simples cobrança pelas atas eleitorais. O que mais preocupa os três países com governos de esquerda é a escalada da violência nesse período pós-eleitoral. Não vai dar para aplaudir uma eleição com tantas mortes, nem abrir mão da defesa da democracia.

Tudo é importante

Enquanto a área econômica do governo trabalha os cortes, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, anuncia mais obras do PAC, desta vez, no Rio Grande do Sul, estado que passou pela tragédia das enchentes. O valor é quase igual aos R\$ 8 bilhões previstos em cortes do Programa de Aceleração do Crescimento.

Nada estrutural

O comandante do Instituto Fiscal Independente, Marcus Pestana, considera que, num orçamento de R\$ 2,3 trilhões, um corte de R\$ 15 bilhões, como prometeu o governo, é acessório. Afinal, em pleno ano eleitoral, o governo terá dificuldades em promover cortes na folha de salários e nos benefícios previdenciários ou tributários.

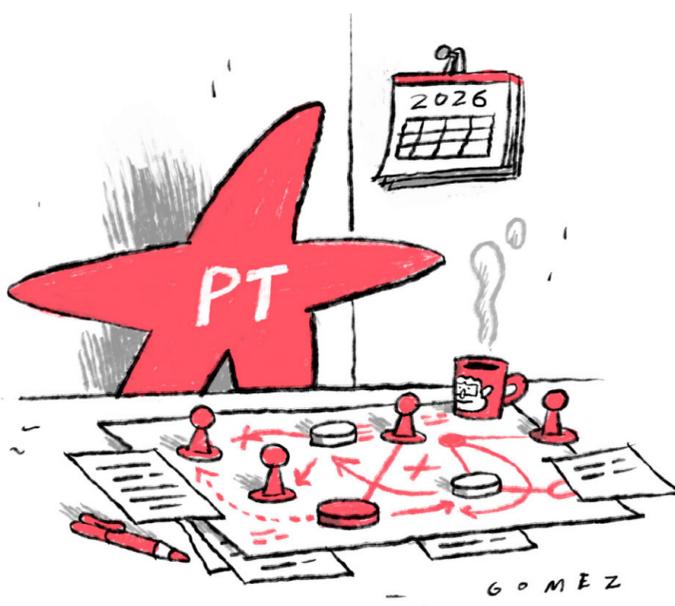
Sem chance

As dificuldades do governo em negociar a desoneração da folha indicam que não será fácil promover cortes em outros setores, sejam de salários, sejam de benefícios. Este ano, avisam alguns, é a reforma tributária e acabou.

O jogo do PT

Os últimos movimentos do PT nestas eleições municipais têm sido na direção de amarrar apoios para 2026. Seja em Maceió, seja no Rio de Janeiro, onde o partido de Lula abriu mão de concorrer para se aliar a parceiros no plano nacional, o olhar é rumo à disputa presidencial. No Rio, a ideia é deixar Eduardo Paes no papel de devedor mais à frente. Na capital alagoana, o PT apoiará Rafael Brito (MDB), de forma a reforçar os laços com Renan Calheiros, apesar de Arthur Lira, o presidente da Câmara que tem sido leal ao governo.

O PT não acredita que terá o apoio de Arthur Lira em 2026. Afinal, o presidente da Câmara tem mais laços com o PL do que com o PT. E Ciro Nogueira, presidente do PP, partido de Lira, tem sido oposição ao governo, embora mantenha uma relação amistosa com muitos petistas.



CURTIDAS

Nem vem.../ Os deputados não querem saber de cortes nas emendas, de liberação obrigatória, conforme a determinação constitucional. Ainda mais em se tratando de ano eleitoral. Ou seja, o governo que se resolva.

Reprodução/Twitter/GloboNews



... que não tem/ O governo, porém, não pretende arcar com os problemas sozinho. A ideia central é culpar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto (foto), e a herança que recebeu de Jair Bolsonaro. Aliás, essa narrativa já está em curso, usada no pronunciamento de Lula no último domingo.

Enquanto isso, nas Alagoas.../ Com a chegada do PT à campanha de Rafael Brito em Maceió, o MDB de Renan Calheiros pretende reproduzir a polarização nacional num estado onde Lula foi vencedor em 2022. Só tem um probleminha: em Maceió, quem venceu foi o ex-presidente Jair Bolsonaro, partido do prefeito JHC, candidato à reeleição.

INVESTIGAÇÃO

Segundo a PF, o governador do Rio de Janeiro é suspeito de envolvimento em um suposto esquema de desvio de recursos públicos do estado quando foi vereador e vice-governador. Defesa diz que pedirá nulidade do relatório da corporação

Castro indiciado por corrupção

» ANDREA MALCHER

A Polícia Federal indiciou o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), por corrupção e peculato, como revelou o portal UOL ontem. Ele é suspeito de ter recebido propina e de envolvimento em um esquema que desviava recursos de programas do governo quando foi vereador e vice-governador do estado. O irmão de criação do gestor, Vinicius Sarcia, também foi indiciado pelos mesmos supostos crimes.

O relatório da investigação da PF foi encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) no início de julho e está sob sigilo. O relato do caso, ministro Raul Araújo, encaminhou o parecer da PF à Procuradoria-Geral da República (PGR), que vai analisar se existem elementos para apresentar uma denúncia ou se há a necessidade de outras diligências.

Castro foi investigado na Operação Sétimo Mandamento. Em dezembro do ano passado, a PF cumpriu mandados de busca e apreensão tendo como um dos alvos Sarcia, que, no governo do irmão, foi nomeado para trabalhar na Agência de Fomento do Rio. Ele saiu do posto quando se tornou investigado.

A defesa de Castro disse ontem, em nota, que entrará com um pedido de nulidade do relatório da PF. "Causa estranheza o fato de, em todos esses anos, o governador sequer ter sido convocado a prestar qualquer



As informações que sustentam a investigação são infundadas, e a defesa reitera que tudo se resume a uma delação criminosa, de um réu confesso"

Trecho da nota da defesa de Castro

esclarecimento sobre os fatos. As informações que sustentam a investigação são infundadas, e a defesa reitera que tudo se resume a uma delação criminosa, de um réu confesso, em documentos que estão sob sigilo de Justiça e continuam a serem vazados, o que vem sendo contestado junto aos Tribunais Superiores em razão de sua absoluta inconsistência", enfatizou. Já a defesa de Sarcia informou que não vai se manifestar, pois a investigação está sob sigilo.

O período apurado pela PF é de 2017 a 2020, quando Castro foi vereador e posteriormente vice-governador. A primeira citação de recebimento de pagamentos indevidos ocorreu em 2020, em uma das fases da Operação Catarata, em que eram investigados possíveis desvios em contratos

de assistência social na administração do estado — acusação negada pelo gestor.

Segundo as apurações, o governador teria recebido propina em dinheiro vivo em casa, no estacionamento de um shopping, na casa de um assessor e na sede de uma companhia com contratos com o governo do Rio. Ele teria sacado, ainda, propina nos Estados Unidos, numa viagem à Disney, após depósito do empresário Bruno Salém, da Servlog Rio, empresa que mantinha contratos com a Fundação Leão XIII, órgão do governo estadual de assistência social. Salém citou Castro, em 2020, após ser preso em uma das fases da Operação Catarata.

O governador foi citado novamente por Marcus Vinícius de Azevedo, ex-assessor dele na Câmara do Rio, em delação à PGR, em agosto de 2020. Ele relatou a existência de repasses de propina a Castro. Azevedo era sócio da RioMix, empresa também investigada por desvio de recursos e pagamento de propinas.

A hipótese da PF é de que as licitações já tinham os escolhidos predefinidos, e uma das apurações foi centrada no programa Novo Olhar, que promovia consultas e exames oftalmológicos computadorizados e óculos de grau gratuitos a pessoas cadastradas.

Castro é o quarto governador seguido do estado a ser acusado de corrupção pela PF. Wilson Witzel, Luiz Fernando Pezão e Sérgio Cabral também foram formalmente acusados.

Rafael Campos



Cláudio Castro é o quarto governador seguido do estado a ser acusado de corrupção pela Polícia Federal

Petrobras: acordo contra corrupção

» RENATO SOUZA

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques, e a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, assinaram um acordo de combate à corrupção e de prevenção de práticas ilícitas. A proposta do acordo partiu da própria estatal de petróleo, que procurou o governo para colocar a medida em prática.

A iniciativa da Petrobras ocorre três anos após o fim da Operação Lava-Jato, que descobriu um gigantesco esquema de corrupção, fraudes em contratos e desvios de dinheiro da empresa. Nos termos do acordo está a condição de que a estatal envie à CGU informações sobre movimentações financeiras,

contratos e outros dados.

Em troca, receberá consultoria técnica e tecnologias de compliance, para melhorar os procedimentos de combate a atos de corrupção e fraudes.

A presidente da Petrobras afirmou que já ocorria colaboração entre os órgãos, que agora será ampliada. "O acordo reforça a implementação de medidas de incentivo à adoção de práticas de integridade, prevenção e combate à corrupção, promoção da transparência e da ética e defesa do patrimônio público. Petrobras e CGU já atuam de forma colaborativa sistematicamente. Com esse acordo, estamos dando um passo além nessa parceria", disse Magda Chambriard.

O esquema, investigado pela

Lava-Jato, provocou desvios de R\$ 18 bilhões, de acordo com dados do Tribunal de Contas da União (TCU). Atualizado, esse valor representa perdas de R\$ 23 bilhões.

"A colaboração entre a Petrobras e a CGU representa um marco significativo na luta contra a corrupção, destacando o compromisso da estatal em aprimorar seus mecanismos de controle. Esse acordo estabelece um passo importante na busca por uma governança mais robusta, pela integridade nas operações da estatal e pelo compromisso com a melhoria contínua dos processos e da confiança dos stakeholders", frisou o ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, em relação ao acordo.